

Sumário

Apresentação.....	xvii
Prefácio.....	xix

PARTE I – DIREITO E DIREITO CIVIL

Capítulo I – Noção de Direito	3
1. Direito Subjetivo – Relação Jurídica	4
1.1. Classificação dos Direitos Subjetivos	6
1.1.1. Direitos absolutos e relativos	6
1.1.2. Direitos patrimoniais e não-patrimoniais.....	7
1.1.3. Direitos disponíveis e indisponíveis	7
1.1.4. Direitos principais e acessórios	8
1.1.5. Direitos divisíveis e indivisíveis.....	8
1.1.6. Direitos públicos e privados.....	8
1.1.7. Direito subjetivo e direito potestativo.....	9
2. Direito Objetivo – Noção e Divisão	9
2.1. Direito Público e Direito Privado	9
Capítulo II – Direito Civil. Origem, Evolução His- tórica, Conceito e Abrangência	13
1. O Direito Civil e o <i>Jus Civile</i>	13
2. Conceito Moderno de Direito Civil	13
3. Evolução Histórica e Codificação do Direito Civil Brasileiro	14
4. Abrangência do Direito Civil	16
Capítulo III – Das Leis.....	17
1. Conceito de Lei	17
2. Características da Lei.....	17
2.1. Características Materiais.....	17
2.1.1. Generalidade e abstração	17

2.1.2. Obrigatoriedade	18
2.1.3. Permanência	19
2.2. Características Formais	19
2.2.1. Autoridade competente.....	19
2.2.2. Forma escrita	19
3. Da Elaboração Política das Leis.....	20
4. Vigência das Leis	21
5. Cessação da Eficácia das Leis.....	23
5.1. Revogação: Ab-rogação e Derrogação	24
5.2. Revogação Expressa e Tácita	24
5.3. Repristinação.....	25
6. Classificação das Leis.....	26
6.1. Quanto à Hierarquia	26
6.2. Quanto à Extensão Territorial.....	28
6.3. Quanto à Força Obrigatória.....	28
7. Da Aplicação da Lei no Tempo e no Espaço	29
7.1 Conflito de Leis no Tempo.....	29
7.1.1. Teoria subjetiva.....	31
7.1.2. Teoria objetiva	32
7.2. Direito Brasileiro – Lei de Introdução ao Có- digo Civil.....	33
7.3. Eficácia da Lei no Espaço.....	35
8. Da Interpretação das Leis.....	37
8.1. Classificação da Interpretação.....	40
8.1.1 Quanto à fonte	40
8.1.1.1. Interpretação Autêntica.....	40
8.1.1.2. Interpretação Judicial	40
8.1.1.3. Interpretação Doutrinária	41
8.1.2. Quanto ao método	41
8.1.2.1. Interpretação Literal ou Gramatical	41
8.1.2.2. Interpretação Lógica ou Racional.....	42
8.1.2.3. Interpretação Sistemática.....	43
8.1.2.4. Interpretação Histórica	44
8.1.2.5. Interpretação Teleológica	45

8.1.3. Quanto aos efeitos.....	45
8.1.3.1. Interpretação Declaratória.....	45
8.1.3.2. Interpretação Restritiva.....	45
8.1.3.3. Interpretação Extensiva.....	46
9. Analogia.....	46

PARTE II – DAS PESSOAS

Capítulo I – Noção de Pessoa.....	51
Capítulo II – Das Pessoas Físicas.....	53
1. Do Início das Pessoas Físicas.....	53
1.1. Registro.....	56
2. Extinção das Pessoas Físicas.....	56
3. Comoriência.....	58
4. Personalidade Jurídica, Capacidade Jurídica e Capacidade de Fato.....	60
5. Absoluta e Relativamente Incapazes.....	62
6. Absolutamente Incapazes.....	64
6.1. Menores de Dezesesseis Anos.....	64
6.2. Insanos.....	64
6.2.1. Idade Avançada.....	65
6.2.2. Intervalos de Lucidez.....	66
6.2.3. Interdição.....	66
6.3. Os que, Mesmo por Causa Transitória, não Puderem Expressar sua Vontade.....	73
6.4. Toxicômanos.....	74
6.5. Psicopatas.....	74
6.6. Toxicômanos e Alcoólatras pela Sistemática do Novo Código Civil.....	74
6.7. Ausentes.....	75
7. Relativamente Incapazes.....	76
7.1. Menores Relativamente Incapazes.....	76
7.2. Pródigos.....	76
7.3. Silvícolas.....	78
7.4. Toxicômanos, os Ébrios Habituais, os que, por Deficiência Mental, Tenham o Discernimento	

Reduzido e os Excepcionais, sem Desenvolvimento Mental Completo	78
8. Emancipação	79
8.1. Conceito e Origem Histórica	79
8.2. Efeitos	80
8.3. Hipóteses	81
8.3.1. Por concessão dos pais	82
8.3.2. Por sentença do Juiz	83
8.3.3. Pelo casamento	84
8.3.4. Pelo exercício de emprego público efetivo	86
8.3.5. Pela colação de grau científico em curso de ensino superior	87
8.3.6. Estabelecimento civil ou comercial ou relação de emprego, com economia própria	87
9. Da Individualização das Pessoas	88
9.1. Nome Civil	89
9.1.1. Conceito	89
9.1.2. Formação do nome civil	89
9.1.3. Alteração do nome	91
9.2. Estado	98
9.2.1. Conceito	98
9.2.2. Características	98
9.2.3. Espécies	99
9.2.4. Ações de estado	106
9.3. Domicílio	106
9.3.1. Noção de domicílio	107
9.3.2. Elementos do domicílio	108
9.3.3. Unidade, pluralidade ou falta de domicílio	109
9.3.4. Espécies de domicílio	110
10. Direitos da Personalidade	112
10.1. Conceito	112
10.2. Os Direitos da Personalidade	113

11. Ausência	115
11.1. Legitimidade para Requerer a Declaração de Ausência.....	117
11.2. Prazo para Requerimento	117
11.3. Procedimento	118
Capítulo III – Das Pessoas Jurídicas	121
1. Conceito e Natureza Jurídica	123
2. Elementos da Pessoa Jurídica.....	123
2.1. Elemento Material	124
2.2. Elemento Formal.....	124
2.3. Elemento Volitivo.....	124
2.4. Finalidade	124
3. Classificação das Pessoas Jurídicas.....	125
3.1. Quanto à sua Estrutura Interna	125
3.1.1. <i>Universitates personarum</i>	125
3.1.2. <i>Universitates rerum</i>	125
3.2. Quanto à Natureza da Personalidade Jurídica..	125
4. Domicílio das Pessoas Jurídicas.....	127
5. Das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	127
5.1. Início das Pessoas Jurídicas de Direito Pri- vado	128
5.2. Sociedades e Associações.....	129
5.2.1. Das Associações e das Sociedades.....	130
5.3. Extinção das Sociedades e Associações	134
5.4. Fundações.....	135
5.5. Extinção das Fundações	138

PARTE III – DOS BENS

Capítulo I – Noção de Bem	141
Capítulo II – Classificação dos Bens.....	143
1. Dos Bens Móveis e Imóveis	143
1.1. Dos Bens Imóveis.....	143
1.1.1. Imóveis por natureza.....	143
1.1.2. Imóveis por acessão	143
1.1.3. Imóveis por determinação legal.....	145

1.2. Dos Bens Móveis	147
2. Bens Fungíveis e Infungíveis	148
3. Bens Consumíveis e Inconsumíveis	149
4. Bens Divisíveis e Indivisíveis	150
5. Bens Singulares e Coletivos	151
6. Bens Reciprocamente Considerados – Principais e Acessórios	151
6.1. Benfeitorias	153
6.1.1. Benfeitorias necessárias	154
6.1.2. Benfeitorias úteis	154
6.1.3. Benfeitorias voluptuárias	154
6.2. Frutos	155
6.2.1. Naturais	155
6.2.2. Industriais	155
6.2.3. Civis	156
6.2.4. Pendentes	156
6.2.5. Percebidos	156
6.2.6. Consumidos	156
6.2.7. Percipiendos	156
6.2.8. Estantes	157
6.3. Produtos	157
7. Bens Públicos e Particulares	157
7.1. Bens Públicos de Uso Comum	158
7.2. Bens Públicos de Uso Especial	158
7.3. Bens Dominicais	158
8. Do Bem de Família	158
8.1. Requisitos	159
8.1.1. Subjetivos	159
8.1.2. Objetivos	160
8.1.3. Formais	162
8.2. Efeitos do Bem de Família	162
8.3. Sub-rogação do Bem de Família	163
8.4. Extinção do Bem de Família	163
8.4.1. Voluntária	163
8.4.2. Legal	164

8.4.3. Judicial.....	164
8.5. Bem de Família Legal (Lei nº 8.009/90).....	164
8.5.1. Convivência com o bem de família convencional.....	164
8.5.2. Finalidade	164
8.5.3. Noção	165
8.5.4. Requisitos	165
8.5.5. Imóvel rural (art. 4º)	169
8.5.6. Pluralidade de imóveis residenciais (art. 5º, parágrafo único)	169
8.5.7. Posse	169
8.5.8. Efeitos do bem de família legal.....	170
8.5.9. Exceções (arts. 3º e 4º)	170

PARTE IV – DOS FATOS E ATOS JURÍDICOS

Capítulo I – Noção e Classificação de Fato Jurídico .	175
Capítulo II – Negócio Jurídico	179
1. Manifestação de Vontade.....	179
1.1. Manifestação Expressa da Vontade	179
1.2. Manifestação Tácita da Vontade.....	180
1.3. Manifestação Presumida da Vontade	181
2. Classificação dos Negócios Jurídicos.....	183
3. Da Inexistência, Nulidade e Anulabilidade dos Negócios Jurídicos – Dos Pressupostos de Existência e dos Requisitos de Validade.....	186
3.1. Incapacidade Relativa do Agente.....	196
4. Defeitos dos Negócios Jurídicos	197
4.1. Vícios da Vontade	198
4.1.1. Erro	198
4.1.2. Dolo	201
4.1.2.1 Dolo Recíproco	202
4.1.3. Coação	203
4.2. Vícios Sociais.....	206
4.2.1. Simulação.....	207
4.2.2. Fraude contra credores	212

4.3. Vícios Excepcionais	220
4.3.1. Lesão e estado de perigo.....	220
5. Modalidades ou Elementos Acidentais dos Ne- gócios Jurídicos	222
5.1. Condição	223
5.1.1. Requisitos da condição	223
5.1.2. Classificação das condições.....	225
5.1.3. Negócios incondicionais	232
5.2. Termo.....	233
5.2.1. Termo inicial ou suspensivo	233
5.2.2. Termo final ou resolutivo.....	233
5.2.3. Prazo.....	234
5.3. Modo ou Encargo	235

PARTE V – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

Capítulo I – Noções Gerais	241
Capítulo II – Da Prescrição.....	243
1. Natureza e Conceito.....	243
1.1. Prescrição como Perda da Ação	243
1.2. Prescrição como Perda do Direito.....	245
1.3. Prescrição como Perda da Pretensão ou da Exigibilidade	246
1.4. Da Alegação da Prescrição.....	248
Capítulo III – Da Decadência	249
1. Das Diferenças entre Prescrição e Decadência.....	249
2. Da Decadência Convencional	259
Capítulo IV – Das Causas que Obstam, Suspen- dem ou Interrompem a Prescrição.....	261
1. Causas que Obstam ou Suspendem	262
1.1. Entre Cônjuges na Constância do Matri- mônio e na Constância da Sociedade Con- jugal	262
1.2. Entre Ascendentes e Descendentes, Durante o Poder Familiar	264

1.3. Entre Tutelados ou Curatelados e seus Tutores ou Curadores, Durante a Tutela ou Curatela	265
1.4. Entre Depositante e Depositário, Mandante e Mandatário e outros Equiparados, com Relação aos Bens Confiados à sua Guarda.....	265
1.5. Contra os Absolutamente Incapazes	265
1.6. Contra os Ausentes do Brasil em Serviço Público da União, dos Estados ou dos Municípios	266
1.7. Contra os que se Acharem Servindo em Tempo de Guerra	267
1.8. Pendendo Condição Suspensiva, não Estando Vencido o Prazo e Pendendo Ação de Evicção .	267
2. Causas que Interrompem a Prescrição.....	268
2.1. Pela Citação Feita ao Devedor, ainda que Ordenada por Juiz Incompetente e pelo Despacho do Juiz ordenando a Citação.....	268
2.2. Pelo Protesto nas Condições do Tópico Anterior	270
2.3. Pelo Protesto Câmbial	270
2.4. Pela Apresentação do Título de Crédito em Juízo de Inventário ou em Concurso de Creditores	270
2.5. Por Qualquer Ato Judicial que Constitua em Mora o Devedor	271
2.6. Qualquer Ato Inequivoco, Ainda que Extrajudicial, que Importe Reconhecimento do Direito pelo Devedor	275
2.7. Dos Prazos Prescricionais	271
Referências Bibliográficas.....	273
Índice Remissivo.....	277